

Vitimização social e tutela filantrópica

Delma Pessanha Neves ⁽¹⁾

Resumo

Neste texto, examino alguns dos fatores que têm contribuído para a expansão de formas de ação política referenciadas por um humanismo salvacionista (por vezes construtor de uma humanidade cristã), considerando as articulações entre filantropia e assistência social estatal. Referenciada por esta associação, desenvolvo algumas considerações de base empíricas, a partir do campo institucional da filantropia que se estrutura na cidade de Niterói (RJ).

Palavras-chave

(1) Filantropia; (2) Voluntariado; (3) Assistência social estatal; (4) Vitimização dos pobres.

Abstract

In this article I analyze some of the elements that contribute to the expansion of some forms of political action, which are based on messianic, or Christian, humanitarianism. This work articulates philanthropy with state social assistance programs, using a set of data collected in the city of Niterói, Rio de Janeiro state.

Key-words

(1) Philanthropy; (2) Volunteer work; (3) State social assistance; (4) Vitimization of the poor.

⁽¹⁾Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com mestrado pela mesma instituição. Professora do PPGA - Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense e bolsista do CNPq/Departamento de Antropologia/UFF.

A filantropia, pautada especialmente em trabalho voluntário, é fenômeno social recorrente, comportando múltiplas formas e adaptações a contextos diferenciados de organização social. É objeto de redefinições conforme sistema de valores hegemônicos e projeções subjacentes aos investimentos para constituição de emergentes contratos sociais. Tem consonância com formas de vitimização dos que são eleitos como beneficiários da transferência de recursos e serviços¹.

O trabalho voluntário, em grande parte englobado pelos princípios da filantropia, redefiniu-se e, estridentemente, se expandiu na década de 1980, desdobrando-se em projetos sociais em torno de temas e problemas diversos (não só vinculados à precariedade social, como atesta, por exemplo, a participação de militantes na preservação ecológica) e na constituição de ONGs. Em quaisquer dos contextos, as ações do voluntariado, não só filantrópico, encarnam uma dimensão político-utópica, especialmente quando visam transformar relações humanas ou processos sociais, projetar desdobramentos dirigidos à construção ou mudança de ordens sociais (morais).

1. Exclusão e vitimização sociais - reformismo salvacionista

No decorrer do século XX, estiveram em valorização projetos políticos revolucionários que reivindicavam a importância do militantismo, então recurso fundamental à desejada prática voltada para eliminação das causas estruturais da pobreza. Em respectiva correspondência, o voluntariado filantrópico e reformista foi amplamente condenado. Apesar deste combate, mas também diante da contextual descrença nas práticas revolucionárias, ele expandiu e se reafirmou. O ano de 2001, por exemplo, marcando a entrada do novo século, foi escolhido

¹ A bibliografia sobre a ação voluntária é vasta. À guisa de exemplo, citaria Ferrand-Bechmann (2000); Lyet (1997) e Salmon (1998). Para a sociedade brasileira, ver Landim (1995) e Novaes et alii (1995).

e consagrado para celebrar a prática do voluntariado, ou melhor, para ampliar a adesão de agentes sociais e consolidar práticas de gestão social fundadas na solidariedade entre sócio-economicamente desiguais. Esta evocação, portanto, constituiu expressão inquestionável da necessidade de mobilização e de engajamento políticos, prenunciadores do desejo de minimizar a assustadora mazela social, por isso mesmo erigida preocupação fundamental ao final do século XX: a exclusão social.

Este termo foi politicamente consagrado pela eficácia simbólica, sustentada, inclusive, na imprecisão ou abrangência dos significados (Castel, 1995 e Paugam, 1996). Ele exalta basicamente o caráter absolutizador e reificador da crescente precariedade social de segmentos da população trabalhadora. Por ele denuncia-se a constituição de apartados do projeto de conquista da autonomia pelo trabalho e, conseqüentemente, das afiliações e dos direitos sociais que, no decorrer do século XX, foram associados a este tipo de vínculo social. À difundida aceitação da divisão da sociedade em classes (e respectivos conflitos de interesses), seguiu-se a visão dicotomizada, para efeitos de denúncia política, entre os supostamente inseridos e os socialmente apartados. Na esteira de certo vazio de projetos políticos globalizantes e proféticos, um conjunto de categorias de apelação e mobilização foi socialmente emergindo. Nesses processos de construção de novos e segmentados sistemas de crenças, por afinidades eletivas dos significados dos termos selecionados para retratar a produção de diagnósticos e prognósticos (que insistiam na assustadora projeção de uma sociedade estruturada por desigualdades políticas moralmente inaceitáveis), as exclusões em absoluto se reafirmaram para assim mobilizar. Em ritmo de urgência, pesquisadores, filantropos, jornalistas, governantes, entre outros, dedicaram-se à produção de denúncias, inicialmente dos excluídos. Não sem razão, a pobreza absoluta até então simbolizada pelo termo "mendigo", isto é, o que se encontra em extrema miséria individual, foi descartada pela comprovada expansão da presença de pessoas vivendo na e da rua, qualificadas por termos cujos significados instituíam um quase direito social: população de rua, no Brasil, *homeless*, nos países de língua inglesa, *sans domicile fixe*, nos de língua francesa, etc.

A apelação generalizada pelo termo excluído seguiu-se de intensos investimentos na diferenciação ou na humanização dos que, ao contrário das intenções, eram daquele modo tornados anônimos. Apresentaram-se então de carne e osso e socialmente agrupados, mediante a segmentação e a demonstração pública de especificidades e de diversidades de condições de existência. Especificidades e diversidades não só tributárias dos processos de produção de precariedade social, mas também de apartação de direitos sociais ou humanos no contexto reclamados como fundamentais. Em decorrência, emergiram ações coletivas operatórias de processos de produção de vítimas sociais, expostas por ações coletivas e públicas, por pesquisas pautadas em trabalho de campo e especialmente por incorporação de recursos mediáticos².

Diversos autores (Beck, 1999; Chateaufreynaud et alii, 1999; Giddens, 1994, 1999; Peretti-Watel, 2001) têm investido em qualificar as condições de constituição das sociedades contemporâneas como sociedade de risco, mas também sociedade de vítimas (Amato et alii, 1990; Chaumont, 1997; Erner, 2006; Tester, 2001), enfim, um campo aberto a qualificações preconizadoras de ações emergenciais, mas principalmente previsíveis por cálculos de probabilidades. Para alguns, cálculos antecipadamente vislumbradores de sociedades sustentáveis; para outros, ações coletivas prenunciadoras de sociedades organizadas por princípios de solidariedade, de reciprocidade social negativa, fundadas na responsabilidade social, especialmente dos que detêm o controle amplamente centralizado dos meios de produção e de vida. Alguns dos atores sociais dotados desta posição centralizadora de recursos e, assim, dos instrumentos de produção de exclusão, advogam também a nobreza dos investimentos públicos na coexistência dos desprovidos de autonomia para viver e sobreviver.

A filantropia, sob múltiplas e diferenciadas referências, instaura-se então

² Ver, por exemplo, a coletânea de textos publicada pela Associação Brasileira de Antropologia, sob título Antropologia e Direitos Humanos (até o momento da elaboração deste artigo abarcando 4 volumes). No último volume (4), os autores não só caracterizam os investimentos da Comissão de Direitos Humanos que integra a diretoria da ABA, como analisam formas de associação entre direitos humanos e intersexualidade, práticas de justiça da infância e juventude, biotecnologia e formas de acesso aos conhecimentos tradicionais, trabalho e mercado informal, facções prisionais e padrões de conduta política, etc.

como princípio filosófico ou ético de convivência social, esvaziando a antiga contraposição entre práticas de promoção social advindas das instituições estatais e práticas caritativas advindas de instituições privadas, especialmente religiosas. Os representantes de diversas denominações religiosas, em acirrado processo de concorrência pela adesão de fiéis e pelo controle na redistribuição consentida, segundo a modalidade transferência de recursos, vêm se valendo de instrumentos mediáticos para fins missionários e de construção de legitimidade na coexistência ou na concorrência no campo social respectivo. Investem, pela propriedade de posição, nas formas de gestão estática da redistribuição e da concentração de meios de consolidação de interesses coletivos.

Para não operar uma análise em plano tão abstrato, transcrevo, no decorrer deste artigo, alguns dos trechos de divulgação mediática, posto que representam recursos que visam consolidar, no atual contexto, valores consagrados de diferenciados credos religiosos e de práticas filantrópicas. Os agentes eclesiais são, para a situação aqui destacada, também portadores de discursos de construção de valores que referenciam as práticas caritativas voltadas para minimizar o sofrimento inerente à precariedade material.

Nos fragmentos de texto de editorial jornalístico a seguir citados, ressaltam-se os investimentos de um dos representantes da Igreja Católica no sentido de construção da sociedade solidária, isto é, de consolidação de acervos de doutrina que reafirma seculares valores que referenciam práticas cristãs. Por isso, destacadamente, qualificados como fundantes da própria doutrina católica.

O sentido do Natal

Dom Eugênio Salles

Estamos às vésperas do Natal. A celebração alegre do Nascimento de Cristo, cada ano, independe das condições sociais e individuais do momento. Quanto maior a angústia, tanto mais cresce a expectativa de uma superação do mal-estar reinante, através da comemoração do Natal de Jesus. Há pontos de semelhança entre a época do nascimento de Cristo e a nossa, que poderão ser identificados cotejando o passado com o presente. Ao vir ao mundo, Jesus encontrou uma nação subjugada pelo Império Romano, carregada de impostos, vivendo momentos dolorosos, mas alimentando confiança na libertação de seus problemas, com a vinda do Salvador prometido. Hoje, ao lado de muitos aspectos positivos, há uma

inquietante presença de variados fatores que tentam destruir a mensagem salvífica do presépio. A encíclica *Veritatis splendor*, de João Paulo II, publicada a 6 de junho de 1993, merece ser lida e refletida no tempo natalino. Começa assim: "O esplendor da verdade brilha em todas as obras do Criador, particularmente no homem criado à imagem e semelhança de Deus: a verdade ilumina a inteligência e modela a liberdade do homem, que deste modo, é levado a conhecer e amar ao Senhor. Há uma corrupção interna, não menos daninha que a opressão dos romanos de então". Essas considerações nos conduzem a preservar nossas esperanças em melhores dias. Por mais difícil que seja o quadro presente e vazia a expectativa do amanhã, o cristão crê firmemente que o Senhor introduziu no mundo, com sua doutrina, sólidos meios de salvação espiritual e temporal para o indivíduo e a sociedade. O homem sozinho, caso fosse abandonado às suas próprias forças, seria levado a desanimar, diante de tantos escândalos que surgem cada dia. O desalento pela falta de atendimento nas necessidades mais elementares, como alimentação, moradia, saúde, é superado pela confiança em Deus, que assumiu nossa humanidade e nasceu no estábulo de Belém. Não prometeu antecipar o paraíso para esta vida, mas assegurou a energia necessária que, se aproveitada, tornará o mundo capaz de abrigar, com dignidade, seus filhos, enquanto aguardam a entrada na eternidade feliz. (...) A eficácia dos fatores de transformação depende do homem. Sem uma conversão pessoal, estrutura alguma poderá garantir aos filhos de Deus a vida em uma ordem social justa. O Natal é um apelo dirigido a cada um, no sentido de viver a mensagem do presépio. Ao mesmo tempo, um aguilhão que estimula a sociedade em prol da inserção dos princípios do Evangelho nas diversas camadas de que é constituída (...) Busquemos recuperar a autenticidade das celebrações natalinas. Elas serão sempre fonte de esperança no futuro de nossa sociedade e de melhores dias para cada um de nós. Com as bênçãos do Menino-Deus, isso será possível. Feliz Natal! (JB, 16/12/2006, p. A. 9).

2. Filantropia e ação estatal: vitimização e reparações sociais

A reificação comumente aceita pela referência aos excluídos impedia (e impede) de perceber os modos de inclusão, isto é, que a exclusão corresponde à inserção desqualificada. Ela também deixa de lado que, guardadas as diferenças contextuais, é milenar a integração pela desclassificação e desmoralização sociais dos mendigos, vagabundos, etc. É também milenar a construção da integração por instrumentos de controle baseados na suposição de que a insta-

bilidade, a fragilidade e a vulnerabilidade não sejam demonstrações da precariedade, mas da construção de um estilo de vida indesejado, orientado pelo ócio, constituído pela desvalorização de princípios reguladores da disciplina no cotidiano. A vasta literatura destinada ao registro das condições de vida de indivíduos que se atribuem e são atribuídos nessas posições é demonstração ímpar desta reprodução³. Da mesma forma, é demonstração de formas de imposição de controle do tempo: pela incorporação de uma disciplina para acesso aos recursos redistribuídos e pela inculcação de valores e sentimentos que delimitam historicamente o sentido da caridade.

Todavia, no contexto de vigência de uma sociedade impositivamente do desemprego ou do emprego por vínculo precário, os recrutadores da força de trabalho passam a ser também responsabilizados pela falta de alternativas de trabalho.

Os desempregados ou subempregados, que eram objeto de ações morais supostamente inculcadoras do valor trabalho, tornam-se então beneficiários da filantropia ou de programas sociais, em correspondência às ações dos voluntários, mas principalmente de uma bem engendrada dissimulação de transferência de recursos financeiros pelo poder estatal. Ambas as ações públicas se fundamentam na urgência de objetivação de uma sociedade solidária, mesmo que sob extrema desigualdade, tal como faz ressaltar a fome absoluta ou relativa; ou mesmo que por contraposição ao chamado assistencialismo estatal, como o fazem os críticos das atuais ações de representantes do governo na gestão da contabilizada pobreza e miséria, inclusive de quantificáveis famintos.

De qualquer forma, a filantropia, pelo menos no que tange ao humanismo como princípio ético e filosófico, amplamente defendida por alegadas (re)significações, não mais se restringe à iniciativa privada e às mediações religiosas. Ela é incorporada aos programas e instituições oficiais, inclusive pela

³ Sobre a perspectiva por mim assinalada, consultar Barret-Ducrocq, 1991; Castel, 1995; Gueslin, 1998; Paugam, 1996 e Sassier, 1991. E, para análise a partir da sociedade brasileira, Neves, 1983, 1985, 1995, 1999, 2000a; Sarti, 1996; Silva et alii, 1995; Stoffels, 1977; Vieira et alii, 1992.

evangelização da assistência social ou da caridade estatal. O termo assistência social, grosso modo, está sendo compreendido pelo conjunto de atividades, públicas ou privadas, de transferência de atenções e recursos, mediante reconhecimento da incapacidade do beneficiário de provê-los autonomamente. Portanto, esta ação social se referencia pelo reconhecimento de carências, qualificadas pelos bens transferidos: reforço alimentar, atendimento médico, distribuição de medicamentos, auxílio à provisão de velhos, crianças e mães grávidas ou lactantes. A despeito de se orientar por visões etnocêntricas sobre os qualificados carentes, de explicar a precariedade por faltas individuais, seus protagonistas secundarizam as ações proselitistas que visam à transformação da natureza humana, como é o caso da filantropia.

Enquanto instâncias de redistribuição centralizada de recursos dimensionados pela escassez, as secretarias estaduais e municipais de assistência ou promoção social muito comumente estão sob a gestão de pastores evangélicos, que advogam a "educação espiritual" ao lado do assistencialismo. Diversos cargos do poder executivo federal são comprometidos no processo de partilha da gestão dos órgãos do Estado, negociação presente e antecedente à escolha do presidente da república pelo relativo voto popular e democrático. De tal forma essa prática é recorrente e legitimada que ela é mesmo publicamente anunciada como demonstração dos múltiplos comprometimentos políticos: dos candidatos, dos eleitores e de seus mediadores. A forma de registro e de divulgação dos programas sociais não guardam distância com o mesmo gênero de apresentação de representantes governamentais.

A nova face do poder Legislativo

Os evangélicos estão com toda força na política. O número de candidatos ligados a religiões que venceu as eleições do dia seis de outubro (de 2002) surpreendeu. Só a igreja Universal do Reino de Deus elegeu no Estado do Rio de Janeiro sete deputados estaduais, quatro federais e um senador, totalizando 12 eleitos. Na eleição anterior, a Universal elegeu 26 deputados estaduais, 15 federais e um senador em todo país. Ao lado da senadora da Assembléia de Deus, Marina Silva, vão estar mais dois companheiros religiosos. O bispo Marcelo Crivella, da Universal, eleito com mais de 3,2 milhões de votos; e Magno Malta, da igreja Batista do Espírito Santo. Na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, parte das 70 cadeiras vai ser

preenchida por religiosos como Edmo Fonseca, da Assembléia de Deus, eleito pelo Prona; Samuel Malafaia, também da Assembléia, o mais votado do PSB; Pedregal (PT do B), Aurélio Marques, vice prefeito de Angra dos Reis; Rogério do Salão, Alessandro Calazan, da igreja da Graça; Ozias Onoratto, Marco Figueiredo, da igreja Batista de Caxias; Washington Reis, Graça Pereira, presbítera do partido PT do B; Alberto Brizola também da igreja Presbiteriana e Fábio Silva, do PPB. A bancada evangélica não cresceu apenas no Estado do Rio de Janeiro, mas no Brasil. O pastor Divino (PMDB) da Igreja Universal, eleito deputado federal, atribui o crescimento dos evangélicos nas bancadas ao trabalho desenvolvido. "A eleição do bispo Marcelo Crivella superando Manoel Ferreira da Assembléia de Deus prova que não é igreja que elege o candidato. Essa eleição superou o preconceito social, mas ainda há preconceito em alguns segmentos da sociedade. Rosinha não foi eleita porque é da igreja Presbiteriana", disse. Para o deputado federal Divino, a inserção dos evangélicos na vida pública resgata a moral em todos os sentidos. "Os religiosos estão mais próximos da dor do povo. A igreja é o maior ministério não governamental do país. Ela está nos lares, hospitais, presídios e entre os desiguais. Somos pessoas próximas às necessidades do povo e a resposta foi dada nas urnas", concluiu Divino.

Projeto Nordeste será implantado

O deputado federal eleito, Pastor Divino (PMDB), anunciou a implantação do Projeto Nordeste no município de Campos. A área já está sendo escolhida e a partir dessa semana os estudos técnicos vão começar a ser feitos. A proposta do senador eleito pelo PL, bispo Marcelo Crivella, é ampliar o Projeto Nordeste de Norte a Sul do país, começando pelo Rio de Janeiro. O bispo Marcelo Crivella se inspirou nos moldes Kibutz israelenses, uma união de fazenda, indústria e área social no meio de um sertão. Em uma área de 450 hectares em Irecê, sertão da Bahia, foi construída a Fazenda Nova Canaã, onde 520 crianças são assistidas pela escola "Centro Educacional Betel" e beneficiadas com alimentação, uniformes, material didático, educação infantil, assistência médico odontológica e transporte diário. Além disso, a fazenda oferece curso de alfabetização e informática para adultos. As famílias assentadas na propriedade trabalham na terra, plantando e colhendo os produtos. A Fazenda Nova Canaã adotou o mesmo sistema de irrigação utilizado em Israel: o de gotejamento, onde cada planta recebe a quantidade exata de água de que necessita, gotejada no seu pé, com aproveitamento de 100% da água distribuída. As famílias são assentadas na propriedade, que gera 137 empregos diretos. No sertão, por causa

da ocorrência de um período único de chuvas no ano, os produtores colhem um mesmo tipo de produto. Isso provoca a queda do preço de toda a produção, já que a oferta é grande e a procura não. Existe a necessidade de estocagem da produção para que os produtores não necessitem vender tudo de uma só vez, a preços baixos. A falta de infra-estrutura para armazenamento coloca os produtores como alvo dos atravessadores, que impõem o preço a ser pago pela safra. Os recursos para manter a fazenda, segundo o bispo Marcelo Crivella, vêm da venda do CD "Coração a Coração", dos seus livros e de doações.

Serra promete aos evangélicos não apoiar a união civil entre homossexuais

O candidato José Serra (PSDB) se comprometeu a não patrocinar nenhum projeto ou lei que possa ferir os interesses dos evangélicos como a união civil de homossexuais, tributação da renda das igrejas evangélicas e a lei do silêncio em troca do apoio da Assembléia de Deus à sua candidatura. Segundo o pastor Ronaldo Fonseca, presidente do conselho político da CGADB (Convenção Geral das Assembléias de Deus), o compromisso foi assumido pelo candidato nesta semana, quando foi oficializado o apoio da igreja a Serra. O candidato se comprometeu a não patrocinar leis que se coloquem contra as determinações e os interesses da igreja", disse Fonseca. O presidenciável tucano já se comprometeu publicamente com pelo menos uma destas questões. Serra disse várias vezes que não faria nenhum esforço para aprovar o projeto que regulamente as uniões civis de pessoas do mesmo sexo, apresentado pela prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT), quando era deputada. Segundo o pastor, existe também tramitando no Congresso Nacional um projeto que prevê a tributação da renda das igrejas em aproximadamente 35%, o que poderia prejudicar a ação social delas.

Fonseca disse que existe uma lei do silêncio federal, que pode restringir as realizações de cultos à noite, que já sofreu algumas mudanças, mas que ainda não está de acordo com a expectativa das igrejas. Para o pastor, a decisão da Assembléia de Deus em optar por um candidato no segundo turno, tem como objetivo fortalecer a atuação política da igreja, como já acontece hoje com os católicos. "A igreja católica tem mais influência na política do que nós. Sempre que se toma uma decisão, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) é consultada", disse Fonseca. A CGADB representa hoje, segundo o pastor, 18 milhões de fiéis no país. Fonseca afirmou que a Assembléia de Deus é hoje a maior igreja evangélica do

Brasil. Segundo ele, as demais denominações que apóiam o presidenciável Luiz Inácio Lula da Silva, têm um número de fiéis bem menor. "Lula vai ter que correr atrás do prejuízo", disse Fonseca.

Estratégia

O pastor está hoje em São Paulo junto com vários líderes regionais da igreja para se encontrar com o candidato José Serra. O objetivo da reunião é determinar como será a atuação dos representantes da igreja na campanha tucana em seus Estados. Fonseca disse que a igreja não permite nenhum tipo de atuação política durante o culto, mas que será possível fazer campanha para Serra nas reuniões sem cunho religioso e nas ações sociais. No primeiro turno, a Assembléia de Deus apoiou o presidenciável Anthony Garotinho (PSB), que ficou em terceiro lugar na disputa e que aderiu à candidatura de Lula no segundo turno. Segundo Fonseca, a influência da igreja entre os fiéis é maior do que a capacidade de transferir votos do próprio Garotinho (PSB). "Muitos crentes nem conhecem o Garotinho", disse (A Cidade, 20/10/2002, p. 3).

Por esses mecanismos de legitimação da disputa pela interferência em programas estatais, os desempregados, subempregados ou inválidos para o trabalho são reconhecidos mercedores da atenção assistencialista e filantrópica. É fato que continuam excluídos dos direitos sociais, especialmente previdenciários, mas alguns deles (posto que a caridade privada ou estatal não é universal, mas seletiva) se encontram amparados quanto ao usufruto de direitos humanos mínimos, assegurados por práticas filantrópicas privadas e por programas sociais praticados por órgãos estatais.

Os programas assistenciais e filantrópicos, em grande parte produtos da consciência coletiva dos riscos gerais das condições deletérias produzidas especialmente pelo pauperismo exacerbado, deram, em conseqüência, visibilidade social aos vitimados pobres que são seus beneficiários. A mobilização de diversos agentes sociais, aglutinados em ações missionárias de salvação, integra, quero ressaltar, alguns pobres, especialmente os que se afiliam a universos institucionais de denominações religiosas; ou exatamente aqueles que, aproximando-se do desejado beneficiário, que cria ou reconhece, pelos recursos recebidos, diminuição das condições precárias de vida, podem aplacar a culpabilidade coletiva e individual dos voluntários. Ou ainda os que podem justificar

proposições estatais de combate aos grandes males sociais, ou seja, aqueles que colocam em questão o desempenho de cargos dos que se arrogam ou são condecorados gestores da sociedade.

A ação dos voluntários e dos agentes do Estado não alcança necessariamente os mais pobres ou a todos assim classificados. Uma grande parte da população reconhecida como pobre, por diversos motivos, não participa diretamente da redistribuição de recursos sociais e filantrópicos: porque não aceita as imposições relativas à ocupação da condição de pedintes, carentes, desvalidos, enfim dos rótulos de vitimização; porque, mesmo desejando essa participação, não consegue vencer a concorrência dos que lutam por recursos raros ou porque está fora do espaço urbano e do entorno das instituições municipais. Contudo, está submetida a visões aí construídas e reproduzidas, porque deste campo participam as instituições e os pobres (instituídos) que colaboram para a reprodução de visões sobre a pobreza e seus modos de vitimização, sobre as atitudes a eles dirigidas, sobre as proposições conjunturais de minimização do fenômeno ou da situação⁴.

Uma das visões mais valorizadas, mas que também melhor expressa esses investimentos seletivos, é aquela apreendida a partir da mobilização dos demandantes de ajuda, que contam e recontam situações para demonstrar que "não têm onde cair morto", isto é, que a carência de bens materiais se torna mais grave por precariedade de apoio social. Desta perspectiva, investem na construção da posição do agregado que necessita e valoriza um benfeitor, comumente patroas e patrões, vereadores, religiosos, todos papéis dignificados pelos méritos consagrados ao Cristo e ao que seu comportamento pode operar como referência humanizadora. Desta visão resulta a construção do hipotético miserável absoluto enquanto caso paradigmático da pobreza, cristizador de todos os atributos definidores dos pobres –sem família, sem saúde, sem recurso financeiro, sujo, maltrapilho, mal alimentado– e ainda mais dramático, se tais caracteres incidem sobre o órfão ou o velho.

⁴ Ver Neves, 2003a, 2006, 2007 e Neves et alii, 2002

Se não se pode destacar um hegemônico sistema de crenças que orienta os investimentos na construção de uma futura desejada sociedade, a sistematização de alguns princípios pode se sustentar num conjunto de palavras-chave, termos associados ou interdependentes, alguns expressivos de idéias-valores (Dumont, 1966, 1985), entre os quais destaco: exclusão-compaixão-filantropia-responsabilidade social; exclusão-sustentabilidade social; pobreza-vitimização-cidadania [(re)significação da filantropia]; pobreza-direitos humanos ou sociais-solidariedade social; exclusão-reconhecimento social-autoestima (proclamada em alta)-individualização; exclusão-diversidades culturais e étnicas-justiça redistributiva ou reparação social; desenvolvimentismo-direitos humanos-associativismos e comunitarismos; exclusão-desumanização-humanismos salvacionistas; reparações de injustiças historicamente perpetradas-reivindicações específicas; reconhecimento de sofrimentos comuns-reparações financeiras, etc.

Muitas são as reconhecidas vítimas das condições em que se instauram as exacerbadas desigualdades de oportunidades de construção de vida autônoma, especialmente se calcadas no trabalho. A maior parte das ações, todavia, se funda numa crença única ou numa solução inegável: salvar crianças e jovens "em situação de risco", insustentabilidade assustadora porque expressiva dos limites de reprodução social do modelo de organização econômica e política vigente.

Vive-se então, nesse período de mudança de século, como advoga Erner (2006), ao tomar a atual sociedade francesa como objeto de reflexão, um processo incessante e amplo de produção pública de reconhecimento de vítimas: heterogêneas, construídas especialmente a partir da aceitação da exposição mediática das mazelas e dos sofrimentos. Tais aspectos, em outros contextos, eram escondidos, escamoteados, até mesmo como expressão de lutas pela manutenção da dignidade, mesmo que na desventura ou até porque a vítima era colocada nesta situação. Ainda segundo esse mesmo autor, o sofrimento insuportável, em sendo espetacularizado, marca não só a recusa em aceitar o sofrimento como inerente a posições e situações, mas também mudanças na construção social das sensibilidades e dos sujeitos sociais.

A aglutinação dos interdependentes termos anteriormente destacados e os modos de gestão social das desigualdades vividas por sofrimentos (até recentemente nem sempre considerados, salvo pelos princípios da caridade) exprimem, por conseguinte, mudanças na construção social dos homens nas sociedades ocidentais contemporâneas. À luta de classes, divisões organizadas a partir da contraposição de lugares sociais assumidos no mundo do trabalho, segue-se uma concorrência de processos de construção social e política de vítimas, bem como das respectivas reparações, especialmente por parte do Estado. Para o caso brasileiro, destaco algumas das situações mais expressivas: as reparações socialmente ("historicamente") devidas aos afrodescendentes, mormente os qualificados como remanescentes de quilombolas; ou a redistribuição de recursos financeiros sob a forma de aposentadoria para o casal de agricultores cuja prática econômica se fundamentava no trabalho familiar.

À luta de classes, seguem-se as práticas associativistas e comunitaristas, constitutivas de espaços coletivos de exercício democrático, de luta para construção de reivindicações por reparações de injustiças sociais. Enquanto proposição relativa, é instigadora da percepção de tantas outras injustiças, que alimentam e democratizam as possibilidades de luta para os providos e desprovidos de condições satisfatórias de trabalho. Dir-se-ia então que a vitimização constitui um dos mecanismos de exercício da democracia para os segmentos que, por essa forma de reconhecimento político, estavam apartados (ou assim se sentiam) das ações coletivas.

3. Solidariedade cidadã e filantropos exemplares

Dando asas à ideologia da sociedade solidária e da obrigação do socorro às vítimas da desigualdade extremada (que singularmente caracteriza a contraposta riqueza e desenvolvimento econômico da sociedade brasileira), portavozes da mobilização do voluntariado aglutinaram forças sociais para o combate à miséria e à redefinição de contratos sociais. Exemplos mais destacados são o Comunidade Solidária, os diversos projetos sociais liderados por políticos profissionais e por jogadores de reconhecimento internacional e a campanha anual aglutinada em torno do Criança Esperança, em parceria com a UNICEF,

que estimula a constituição de modelos pontuais de atendimento a crianças e jovens residentes em locais caracterizados como carentes por aglutinarem famílias com baixos rendimentos financeiros e poucos recursos públicos.

Em conseqüência, os voluntários e filantropos expandiram seu espaço de ação até os campos das políticas públicas estatais, emprestando, mesmo que sob investimento para alterar perversos contratos sociais, valores e princípios para os investimentos de titulares do Estado, como demonstraram diversos programas englobados pelo Comunidade Solidária. Para controlar e canalizar as ações sociais oriundas do trabalho voluntário e as demandas dos que reivindicam ajuda, o governo federal criou, em 1998, uma rede nacional de Centros de Voluntariado e o Programa Voluntários, a partir do Conselho do Comunidade Solidária. Este programa se constituiu com um financiamento de US\$ 2,9 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo período de três anos. O processo de mobilização de adeptos contou ainda com a edição do livro **Centros do voluntariado: transformando necessidades em oportunidades de ação**.

Segundo reportagem do Jornal do Brasil de 17 de janeiro de 1999 (p. 7), o site do Programa Voluntários na internet registrou, nos doze meses imediatos à criação, 2.200 voluntários virtuais. O Rio Voluntário, inaugurado em junho de 1998, registrou, de imediato, 1.602 inscrições e cadastrou 210 organizações, muitas das quais contando com trabalho voluntário.

No contexto atual, de reivindicada insistência na minimização de responsabilidades do Estado na intervenção sobre muitos dos reconhecidos problemas sociais, o voluntariado caritativo e as ações filantrópicas das classes dominantes encontram-se em expansão e exaltação. Na prática, os agentes vinculados a esses projetos políticos concorrem, muitas vezes, com a prestação de alguns dos serviços e bens circulados por determinados programas oficiais. Pela ampla redistribuição de bolsas de alimentos, de medicamentos e roupas, pela assistência médica e social aos lactentes, pela profusão de pontuais projetos sociais destinados a crianças e jovens reconhecidos como apartados de vínculos de (re)qualificação social (esportes, danças, teatro, artesanato, etc), as ações filantrópicas tornam-se, sem qualquer dúvida, responsáveis por melhorias nas imediatas condições de sobrevivência dos pobres.

Os agentes mobilizadores das adesões ao universo da filantropia, em processo de desqualificação de outras modalidades de exercício de reciprocidades negativas, agregam profissionais especializados, ou uma transferência de serviços aos quais a maioria da população não tem acesso. No atual contexto ainda, para muitos casos de produção de engajamentos para o combate a definidos problemas sociais, a atividade do voluntário, em tese, contrapõe-se criticamente ou se antecede à profissionalização e à especialização. Ela também cria consentimentos, por enobrecedora aquiescência, para a apropriação de trabalho gratuito, numa sociedade regida por princípios econômicos de mercado capitalista. Antecipa saberes a serem institucionalizados pela constituição de profissões (por exemplo: educadores de rua e educadores sociais ou a clássica trajetória de constituição do assistente social).

O trabalho voluntário agrega jovens universitários, em certos casos por contrapartida à definição do caráter filantrópico das universidades particulares e aos conseqüentes subsídios, por isso mesmo, auferidos. Incorpora habilidades diversas, por vezes altamente especializadas, de jovens profissionais e trabalhadores aposentados. Essa prestação de serviços voluntários, com freqüência, sustenta a oferta de cursos de profissionalização e de socialização em outros universos, para alunos de escola pública, oriundos da, neste plano, qualificada população "carente". Muitas das instituições qualificadas como filantrópicas, para efeitos de contra-transferência de subsídios e a título de estágios ou de oferta de primeiro emprego a graduandos de cursos universitários, principalmente aqueles pautados na formação ocupacional para prestação de serviços, representam, juntamente com as organizações não-governamentais, um segmentado mercado de trabalho. E por tal natureza, está quase sempre pautado em vínculos precários, temporários e com pagamento mediante salários defasados em relação ao valor do serviço prestado.

A concorrência anteriormente construída pela contraposição dos termos filantropia, assistência e promoção social, mesmo que, no contexto, mais diluída, expressava a coexistência de diferentes projetos de intervenção sobre os efeitos perversos da desigualdade social extremada.

Considerando ainda o atual contexto, as formas de concorrência vêm sendo

diluídas pelos princípios da ideologia da solidariedade, das parcerias interinstitucionais que valorizam as interdependências, as regras de reciprocidade equilibrada e as expressões de cidadania nas ações coletivas de solidariedades comunitárias. Por tais razões há intervenções recíprocas em espaços diferenciados. Não só os governantes se valem dos espaços destinados à prática dos credos religiosos para legitimar suas atitudes e projetos de profissionalização na política, como os agentes religiosos se consolidam mutuamente na posição de pastores e políticos profissionais:

Um Congresso de "neo-evangélicos"

Sonia Carneiro da Sucursal de Brasília

Brasília Vem aí uma nova geração de evangélicos. Numa guinada à esquerda, eles estão mais progressistas e identificados com as causas sociais. A maioria foi eleita pelos partidos de oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso, PT, PL, PDT, e PSL. Em minoria, os neo-evangélicos eleitos de carona no prestígio das igrejas. Todos estão cansados de ideologia. Da separação esquerda e direita. A população quer saber como serão resolvidos problemas do transporte, educação, saúde, como será reduzida a miséria. Por isso vamos adotar uma nova forma de fazer política.: Trata-se do socialismo de resultados - anuncia Bispo Rodrigues, coordenador da bancada evangélica na Câmara dos deputados (...) A explicação para a mudança de perfil é simples, de acordo com o deputado Bispo Rodrigues. A maioria foi eleita com o voto da população de baixa renda. Algumas bandeiras mais conservadoras, como a luta contra o casamento civil entre homossexuais, a legalização do aborto e o fim da taxa das igrejas evangélicas serão mantidas. Mas a prioridade será uma nova pauta voltada aos excluídos. Também vão adotar propostas defendidas por Anthony Garotinho, do PSB, como a criação do cheque cidadão, colocado em prática no Rio de Janeiro, e a criação dos restaurantes populares com refeições a R\$1 (...) Caso Lula venha a ser presidente, a Igreja Universal do Rio de Deus continuará dando apoio ao petista. Mas se o vencedor for José Serra, o bispo Edir Macedo promete ir para oposição. Já a Assembléia de Deus, que apóia Serra, não sabe se vai para oposição com Lula (...) Em 1994, todas as igrejas evangélicas declararam apoio à candidatura do tucano Fernando Henrique Cardoso à Presidência. Em 98, só a Universal não apoiou a reeleição de FH. A principal razão foi a multa de R\$ 98,36 milhões aplicada pela Receita Federal na igreja em 1997. Agora, o racha aumentou. A maioria dos novos parlamentares evangélicos ainda não se conhece. Em todos os partidos políticos com representação no Congresso

existem parlamentares de igrejas evangélicas. A única exceção é o PC do B partido ateu por excelência. O aumento da bancada evangélica fez o PL parceiro do PT pular de 12 para 26 deputados federais. Ficou maior que o PSB, com 22 deputados, que o PPS, com 15, PCdoB, com 12, mas abaixo do PT, que passou de 59 para 91 deputados.

A forma mais reconhecida do voluntariado é a filantrópica, talvez por ser a mais antiga e a mais disseminada. Geralmente esteve ligada a obras sociais vinculadas a igrejas. Sempre foi alardeada com ostentação pelas classes dominantes (através de festas, encontros, chás, etc. e hoje fundações e instituições de objetivação de projetos sociais), no exercício da auto-consagração de sua generosidade e de administração do receio de mudanças. Ocupa geralmente o tempo livre dos adeptos e abarca atividades voltadas para a moralização dos necessitados, enfatizando a solidariedade e o altruísmo. Algumas de suas atividades se revestem do caráter militante, missionário e proselitista. Pautados na ética da convicção (Weber, 1990), esses voluntários visam, por exercícios disciplinares metódicos, superar a alegada "rudeza da natureza humana" ainda intocável pelo sentido religioso.

4. O campo das ações filantrópicas na cidade de Niterói/RJ

Doravante, a análise da prática do voluntariado missionário-filantrópico ancora-se em estudo de caso delineado por um dos campos institucionais de prestação de serviços caritativos, isto é, espaço de convergência de concepções e referências configuradoras de um *ethos* definidor do comportamento dos pobres.⁵ Esta unidade social foi construída pelo estudo de diversas instituições assistencialistas e cristãs sediadas na cidade de Niterói.⁶

⁵ A análise do sistema de posições e seus significados mútuos se inspira na contribuição teórica de Bourdieu, especialmente apresentada em *Questions de sociologie*, 1980: 113-116.

⁶ Este artigo constitui um dos subprodutos do projeto integrado de pesquisa - Transmissão de patrimônios culturais sob exclusão social, contemplado pelo CNPq com bolsas de iniciação científica, de aperfeiçoamento e de produtividade, entre março de 1995 a fevereiro de 1999. Participaram do levantamento de dados para a pesquisa os seguintes alunos do curso de Ciências Sociais da UFF: Alexandre de Vasconcelos Weber, Andréa Carvalho Martins Ribeiro, Bárbara e Silva Gregório, Dilma da Silva, Edilson Marcio Almeida da Silva, Maria Marcia Buss de Souza, Silvana Galeti Gurgel. Colaboraram ainda alguns dos alunos do PPGACP inscritos na disciplina Métodos de Pesquisa, ministrada no 2º semestre de 1996: André Luiz Videira de Figueiredo, Andréa Bayher Mongin, Delgado Goulart, Glaucia Mousinho e Mônica Lepri. O trabalho de campo se estendeu de julho de 1995 a junho de 1998.

Toma por base o estudo das representações estruturadoras das visões de mundo e as correspondentes ações interativas entre voluntários e seus respectivos beneficiários, porque ambos são constituídos nesse campo de relações. A análise ressalta um conjunto de estratégias individuais, familiares e institucionais, que tornam viáveis a reprodução de patrimônios culturais de regulações (Neves, 1998). Por patrimônio cultural compreendo o conjunto de bens materiais e imateriais reivindicados ou disputados pelo pertencimento e apropriação, razão pela qual recebem investimentos para efeitos de transmissão geracional. Expressa formas de poder que consolidam a disputa pela apropriação e pela monopolização e, portanto, a reprodução segundo regras próprias ou a colocação em prática de disposições para manter os objetos materiais e imateriais reclamados. São elas que orientam as trocas recíprocas que se tecem em nome do controle dos desprovidos do direito à reprodução relativamente autônoma. A análise revela então formas de articulação interinstitucionais e entre benfeitores e beneficiários, referenciados pelo encontro de valores e recursos que aí circulam, mesmo que cada agente social apresente dinâmicas sociais e simbólicas diversas, reencontradas em temáticas comuns e nos bens materiais transferidos, isto é, nas passagens das intenções aos atos.

As justificativas para os atos de reivindicação de bens fundamentais à subsistência (ou de reconhecimento da impotência para sobreviver autonomamente) são formas de referência ao mundo social do qual os demandantes se sentem excluídos; mas também do qual dependem por comiseração ou compaixão. A compreensão das práticas sociais dos demandantes de ajuda, não pode estar restrita a este universo. Contudo, é importante destacar que esta tem sido a forma como tais segmentos têm sido estudados. Em caso contrário, o estudo da prática destes atores sociais e dos agentes institucionais que lhes dirigem bens e prescrições morais se superpõe. Suas ações recíprocas não são apreendidas pela interatividade do diálogo. Por isso, são recorrentemente apresentadas em textos ou em capítulos separados.

A construção da possibilidade de transferência e de redistribuição de bens não lhes diz apenas respeito, mas também àqueles que, admitindo a exclusão social frente às diversas formas de carência, tentam reintegrá-los mediante

reenquadramento social. Esta inserção quase sempre está fundada em novas formas de reclassificação, que reificam e redefinem a desclassificação. Por isso, os beneficiários dos recursos redistribuídos devem construir tantos tipos sociais e tantas justificativas para a miséria a que precisam demonstrar submetidos, quantos forem os critérios de reconhecimento dessas situações sociais. Os critérios são definidos conforme as finalidades morais a que os agentes da redistribuição se conferem ou as respectivas visões de mundo⁷.

As representações que fundamentam o reconhecimento e a reprodução da posição dos beneficiários são recorrentemente elaboradas, reinventadas e readaptadas, segundo o campo de concorrência entre visões ideológicas que explicam a desigualdade social⁸. Visões ideológicas que também explicam, justificam ou constroem a indignação social diante de fenômenos expressivos das defasagens de objetivação dos modos de concepção social da humanidade. Entretanto, também visões ideológicas que constroem e dão visibilidade aos socialmente desclassificados ou assim vitimizados.

Conforme projetos e visões de mundo específicos dos voluntários, determinadas categorias de idade são valorizadas –idosos, crianças etc–, embora sobre estas últimas incida a maior parte das ações, em face da pressuposição de plasticidade cultural diante de processos de socialização ou ressocialização.⁹ Também em face dos significados historicamente datados dos sentimentos de indignidade e dos projetos de moralização, que demonstram que os termos pobres e pobreza não se limitam a expressões de carências materiais. Estes projetos de moralização exprimem os investimentos feitos pelos outros diante dos sentimentos de risco e de enquadramento que a associação entre pobreza e criminalidade tende a mobilizar. Está em jogo assim o investimento institucionalizado no sentido de redefinição idealizada de um contrato social que reestabeleça os termos da desigualdade social e as formas como os pobres

⁷ Para análise de situações demonstrativas da relação entre desclassificações e atos sociais, ver Neves, 1983, 1994 (1995a), 1999, 2000 e Neves *et alii*, 2002.

⁸ Sobre as formas contextualmente diferenciadas de reconhecimento dos pobres, ver Neves, 1983.

⁹ Ver Neves *et alii*, 2002, 2003b.

devem ser enquadrados. Esta perspectiva de entendimento pela moralização do comportamento dos hetero e auto-reconhecidos pobres pretende-se relativamente distanciada daquela que, na busca de especificidade, demonstra ser possível substantivar a moral dos pobres como peculiaridade cultural. A postura por mim adotada considera a moralização dos pobres e os efeitos de internalização de percepções de mundo como produtos coletivos da interferência diferenciada de diversos segmentos da sociedade. Para melhor entendimento da especificidade do ponto de vista por mim adotado, um dentre muitos possíveis, contrasto-o com o valorizado por Sarti (1996).

Para objetivar a análise proposta, considere, a partir do cadastro organizado pela Secretaria de Promoção Social da Prefeitura Municipal de Niterói,¹⁰ um primeiro conjunto não exaustivo de instituições formais e informais e de seus respectivos agentes e usuários.¹¹ Vali-me também do acervo de trabalhos de conclusão de curso da Escola de Serviço Social da UFF, cujos objetos de estudo incidiam sobre instituições sediadas em Niterói.¹²

O reconhecimento desse campo institucional não pode ser obtido exclusivamente por fontes oficiais, porque nem todas as instituições aceitam ou se subordinam ao registro. As melhores fontes de informações sobre o modo de organização da redistribuição de recursos são os beneficiários, que se encarregam de exaltá-lo, reconhecê-lo e difundi-lo, segundo certos modos de controle. Existem inúmeras famílias que redistribuem cestas de alimentos, roupas, etc, por vezes como projeto envolvendo gerações, arregimentadas para o pagamento de uma promessa de um dos ancestrais. Por exemplo, uma família que há três gerações

¹⁰ À Secretaria está atribuída a pretensão de controle e articulação dos modos de operacionalização das iniciativas privadas de filantropia e assistência social.

¹¹ Num primeiro momento do trabalho de campo foram estudados: um abrigo público, quatro centros ou sociedades espíritas, duas igrejas protestantes - batista e bettel - e um instituto evangélico destinado à assistência médica e social, a Casa da Amizade das Senhoras dos Rotarianos de Niterói, três instituições de assistência articuladas a paróquias da Igreja Católica, duas instituições estatais destinadas ao internamento de homens e mulheres distanciados do apoio familiar. Também foram entrevistados os mais diversificados segmentos de usuários dessas instituições, conforme a classificação estabelecida por seus dirigentes: internos e freqüentadores externos dos atos institucionais de proselitismo e redistribuição material.

¹² Frota e Ferreira, 1989; Gomes, 1962; Gonçalves, 1971; Guimarães, 1982; Jesus, 1982; Lemos, 1976; Lima e Alves, 1969; Pires, 1958; Queiroz, Cunha e Cheibub, 1967; Reis, Arantes e Paula, 1976; Ribeiro, 1969; Soares de Alencar, 1970; Viégas, 1984.

distribui mensalmente 30 bolsas de alimentos. Outra que, há duas gerações, distribui enxoval de bebês, etc.

Existem diversos comerciantes que transferem recursos de forma sistemática –com dia e hora estipulados– para uma clientela determinada. E o caso de uma padaria que, todas as terças-feiras, às 17 horas, redistribui pães frescos ou "dormidos" para um número determinado de pessoas.

Existem diversas instituições e grupos que distribuem sopas, chás e pães nos locais de concentração de "mendigos" ou "população de rua". O acesso a este tipo de informação depende da inserção neste campo-rede como pedinte, pesquisador ou curioso, sempre sujeitos ao controle dos que já são iniciados.

A cidade de Niterói dispõe de um expressivo número de instituições vinculadas à iniciativa privada ou familiar; aos diversos ramos de religião –católica, espírita, protestante; aos órgãos do governo estadual e municipal. Elas se destinam a redistribuir bens para atendimento de primeiras necessidades –alimentos, roupas, remédios e cuidados médicos e odontológicos–, para internato e semi-internato de jovens e idosos apartados da vida familiar. Ou se destinam a minimizar os efeitos da diferenciação social –brinquedos, serviços jurídicos, serviços fisioterápicos e de alternativas de reforço escolar para pré-adolescentes, por exemplo. As instituições se diferenciam ainda quanto à faixa etária dos usuários definidos como habilitados ao acesso aos recursos: creches, escolas, asilos, albergues, etc. Na maior parte delas, entretanto, seus dirigentes optam por um tipo de prestação de serviço mais autônomo, redistribuindo refeições preparadas ou lanches, cestas de alimentos, facilitando o acesso a consultas médicas e a determinados medicamentos. Para tal eleição de serviços, esses dirigentes tomam como suposta a resolução do problema habitacional, mesmo que seja público que alguns usuários residam na rua. Portanto, é preciso que se tenha consciência de que a assistência social assim oferecida funda-se na reprodução da precariedade da sobrevivência na rua, aplacando apenas o frio e a fome.

O processo de criação da maior parte das instituições assistenciais e/ou filantrópicas, nesta cidade, acompanha os de urbanização e industrialização que foram objetivados a partir da década de 20 do século findo. Outrossim, em

face da reorientação da prática da Igreja Católica definida nas encíclicas *Rerum Novarum* e *Pacem in Terris*. A direção da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos, conforme orientação do Manifesto do Episcopado Brasileiro (1946), em maio de 1946, deliberou sobre a criação do Departamento de Ação Social em todas as dioceses. Neste mesmo ano, foi criado o Departamento Diocesano de Ação Social em Niterói. Este departamento, sob a direção da Mitra Diocesana, definia-se como órgão de estudo, execução e divulgação da doutrina social católica (Pires, 1958). Como fruto deste projeto, foram criados serviços assistenciais em várias paróquias.¹³

A assistência paroquial se organizava por um conglomerado de serviços religiosos e sociais, comportando serviço médico, assistência jurídica, escolarização, recreação e distribuição de roupas usadas, gêneros alimentícios, principalmente leite para lactentes e medicamentos (Lima e Alves, 1969). Algumas dessas Paróquias mantinham escolas de ensino primário, mais tarde reconhecidas pelo Estado e beneficiárias de programas oficiais de merenda escolar. Além disso, a Secretaria de Educação e Cultura passou a assegurar o quadro docente, desde que a instituição estivesse matriculada numa instância controladora e normatizadora, o Conselho de Obras (Ribeiro, 1969). Na década de 1960, muitas destas entidades foram beneficiadas com recursos advindos de programas internacionais como o Plano de Padrinhos, que transferiam quotas financeiras para famílias selecionadas como carentes, mas promissoras em termos de superação de dificuldades materiais.

¹³ Paróquia dos Sagrados Corações, em Ponta da Areia; - Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, em Santa Rosa; - Paróquia São Francisco Xavier, em São Francisco; Associação de Assistência Social Coração de Jesus da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora; o Centro Social da Favela Moinho Atlântico; - Obra Social São Pedro Nolasco, sediada no Colégio N. S. das Mercês; - Associação de Assistência Social Coração de Jesus, no Viradouro; Paróquia de Santo Cristo dos Milagres, no Fonseca; - Orfanato Santo Antônio; - Casa da Empregada Doméstica. Genericamente, cada uma dessas unidades se constituía de ambulatório médico e Obra do Berço (associação de senhoras do Apostolado da Oração, destinada a distribuir enxovais para recém-nascidos de famílias pobres), além de oferecer cursos de artesanato (confeção de flores), de alfabetização de adultos e uma biblioteca.

Posteriormente, foram criados o Centro Social da Paróquia Sagrados Corações, com ambulatório infantil e curso de corte e costura e o Serviço Religioso da Detenção, destinado à catequização dos detentos e à transferência de recursos, especialmente cobertores (Pires, 1958).

¹⁴ Para análise de instituições surgidas neste contexto, ver Neves et alii 2002.

As décadas de 1930 e 40 testemunham também a prodigiosa constituição de instituições espíritas e a redefinição do papel da nova burguesia em constituição, inclusive pela exibição de sua presença no processo de formação de ideologias hegemônicas na sociedade. São deste período a criação da Grupo Espírita São Francisco de Assis (1930), Casa de Caridade Aureliano (1932), União da Mocidade Espírita de Niterói (1940), Casa da Amizade de Niterói (1948).¹⁴

As instituições assistenciais vinculadas ao aparato estatal foram basicamente criadas a partir da década de 1950. Os dirigentes da Escola de Serviço Social da UFF e do governo do Estado, a partir deste período, passaram também a investir na incorporação e redefinição das instituições assistenciais e filantrópicas. Por este procedimento, tentavam responder aos modos de constituição de modelos de interferência e expansão da assistência social estatal. Em 1957, a direção da Escola de Serviço Social abre campo de estágio junto ao Departamento Diocesano de Ação Social em Niterói, tentando redefinir, em diversas paróquias, os modos de redistribuição de recursos, tendo em vista combater a dependência ou construir condições de busca de autonomia dos usuários.¹⁵ Foi estruturada a Secretaria de Trabalho e Serviço Social, cujo organograma expressa uma concepção de assistência fundada na prevenção de problemas sociais e no atendimento ao "marginado". Para este segmento, definido inclusive como portador de distúrbios mentais agravados pelo alcoolismo (Gonçalves, 1971), a Secretaria de Trabalho e Serviços Sociais mantinha um centro de triagem e um centro de recuperação social. O Centro de Recuperação Social de Itaipu –hoje unidade executiva da Fundação Leão XIII e antes da Divisão de Assistência ao Mendigo da Secretaria de Trabalho e Serviço Social–, foi criado tendo por finalidade "recuperar socialmente o mendigo", isto é, promover sua "reintegração na sociedade". Sua estrutura organizacional expressava essa idealização. Compunha-se de serviço social, médico, odontológico (Lemos, Barbosa e Silva, 1976). Os agentes institucionais proje-

¹⁵ Ver Lima e Alves, 1969; Queiroz, Cunha e Cheibub, 1967:42-52.

¹⁶ Ver Neves, 1994, 1995a, 1995b, 1999, 2000a.

tavam a inserção dos "marginados" no mundo do trabalho, preconizada pela vinculação a atividades laborativas como horticultura, carpintaria, sapataria, artesanatos, criação de aves, coelhos e porcos.

A Igreja Católica, entretanto, reafirmou seu papel na condução social da população carente, explicitando, na III Conferência Geral do Episcopado Latino Americano em Puebla (1979), a opção pelos pobres. Seus dirigentes advogaram então a importância da participação dos leigos nas ações da igreja, especialmente as destinadas aos jovens. Estes foram também instados à militância redentora da pobreza.

Em 17 de setembro de 1979, por iniciativa dos participantes do Encontro Jovem de Niterói, foi criado o Grupo Ronda Fraterna, mobilizado à prática de ações de planejamento das atividades e dos serviços imediatos a serem oferecidos aos "irmãos de rua" (Viégas, 1984, p. 14-15).

Novo conjunto de instituições emergiu a partir do final da década de 1980, em decorrência da ocupação das ruas por crianças, jovens e adultos pobres (Buss de Sousa, 2001 e Gregório, 2001), que buscavam fontes concentradoras de recursos para invenção de prestação de serviços e de obtenção de esmolas.¹⁶ Outras, posteriormente, em resposta às iniciativas solidárias de combate à fome e à miséria. Muitas delas respondem também a campanhas organizadas pela igreja católica, por exemplo –para que todos tenham vida– e ao movimento de renovação carismática. Esta atuação contribuiu para minimizar o quadro dantesco de visibilidade da miséria: as recorrentes e repugnantes cenas que retratavam (mas ainda retratam) a coleta de alimentos nas latas de lixo pelos pobres na rua.

A Prefeitura Municipal de Niterói, através da Secretaria de Promoção Social, na ocasião do trabalho de campo correspondente à pesquisa que fundamenta

¹⁷ Ver Gregório, 1997.

¹⁸ Na Ilha da Conceição, com capacidade para 75 crianças, da faixa etária de três meses a seis anos, mediante convênio com Niterói Obras Sociais; no Sapê, com capacidade de atendimento de 37 crianças na faixa etária entre seis meses e quatro anos, sob convênio com o Grupo SER; e em Santa Rosa, com capacidade para atendimento de 75 crianças, na faixa etária de três meses a seis anos, através de convênio com o Niterói Obras Sociais.

este artigo, mantinha dois Centros Sociais Urbanos, no centro da cidade e na Ilha da Conceição, que ofereciam atividades sociais (cursos de cabelereiro, barbeiro e corte e costura) e esportivas. Possuía uma unidade de atendimento em caráter emergencial a pessoas carentes, população de rua e migrantes, eventualmente desprovidos de residência. Este albergue, cuja capacidade é de vinte leitos, prestava atendimento médico e social de urgência e encaminhamento aos recursos da comunidade.¹⁷ A Secretaria mantinha ainda três creches destinadas ao atendimento à mãe trabalhadora.¹⁸

4.1. Filantropia e promoção social: redes institucionais na "Cidade Cidadã"

Em conjunto com dirigentes de algumas das obras sociais em Niterói (40 aproximadamente), os representantes da secretaria municipal em foco coordenam a realização da Feira de Integração Comunitária (20^ª, no ano de 2000), em setembro ou outubro de cada ano. A feira constitui um espaço de divulgação dos objetivos institucionais, de conquista de adeptos e colaboradores e de composição de fundo financeiro pela venda de artesanatos, comidas e iguarias. A secretaria também participa do patrocínio de tardes de prêmio e chás beneficentes, promovidas por associações de voluntários.

Diante da constrição do papel do Estado na prestação de assistência e da ampliação do trabalho voluntário-filantrópico, o mercado de trabalho para as profissões destinadas à reorientação de valores e comportamentos –psicólogos, assistentes sociais– e mesmo médicos e dentistas, tem se restringido no que tange às instituições públicas, mas ampliado exatamente entre as instituições filantrópicas. Nesses termos, a própria autonomia e a elaboração do projeto concorrente destes profissionais em relação aos leigos e filantropos se encontram ameaçadas. Tais profissionais atuam mediante a subordinação do ideário que os constituiu aos que, nesta constituição, contrapunham-se.

No contexto do trabalho de campo (2000), as instituições vinculadas ao Estado configuravam estados de abandono material, de indefinição de objetivos ou de definições impossíveis de serem publicamente assumidas –depósitos de seres humanos socialmente indesejados. Faz-se mister ressaltar, para que

se possa compreender a relativa contraposição entre serviços prestados pelo Estado e pelas instituições filantrópicas, o ambíguo papel dos funcionários lotados no Centro Social de Itaipu, na ocasião do trabalho de campo. A instituição não possuía a totalidade de alimentos necessários aos internos. Os funcionários faziam campanhas solicitando ajuda e se dirigiam, todas as manhãs, por vezes em carros próprios, já que não podiam contar com o veículo da instituição, para a rede de Centros de Abastecimento da CEASA, para pedir e recolher sobras de verduras e legumes. Nem sempre eram vitoriosos nessa atividade humanitária. Voltavam sem os alimentos ou com quantidades ínfimas, que não correspondiam à necessidade institucional. Esta situação decorria das opções políticas assumidas pelos agentes estatais, aludidas pela ideologia neo-liberal, construída por contraposição ao estatismo, duas referências polares e caricaturadas.

Esta opção política não é exclusividade deste campo institucional. Bourdieu, analisando, na França, o processo de construção de lugares de relegação onde, sob a crise econômica e o desemprego, encontram-se concentradas as populações mais desfavorecidas, destaca o processo de "conversão coletiva à visão neo-liberal que, iniciada nos anos 70, culminou, em meados dos anos 80, com a adesão dos dirigentes socialistas" (1997, p.217). E acrescenta que este processo foi acompanhado pela demolição da idéia de serviço público sustentada em teorias falsas e equações deturpadas, entre as quais a associação entre eficácia e modernidade à empresa privada e arcaísmo e ineficácia ao serviço público (Bourdieu, 1997). Afirma então:

Esse desvio pelo Estado e suas decisões políticas é indispensável para compreender o que, atualmente, se observa "no campo", isto é, a situação precária em que se encontram os "trabalhadores da área social", investidos pelo Estado (ou municipalidades) para garantir os mais elementares serviços públicos, principalmente em matéria de educação e saúde, às populações mais desfavorecidas dos grandes conjuntos habitacionais ou subúrbios, deixados cada vez mais em abandono pelo Estado... (Bourdieu, 1997, p. 219).

Os investimentos promotores da articulação do campo institucional têm se configurado como modelos de ação coletiva contra as diversas formas de exclu-

são. A laudatória reportagem, a seguir transcrita, bem exprime esses princípios de agregação das ações intervencionistas: um verdadeiro *carrefour* de instituições públicas e privadas. As aglutinações são expressivas do encontro de sensibilidades entre desiguais, pressupostamente propiciadoras de resgates sociais dos vitimizados.

Cidade Cidadã comemora 3 anos de sucesso

Com vários serviços comunitários, o programa Cidade Cidadã comemorou três anos de atividades em comunidades carentes da cidade. O programa acontece quinzenalmente em uma comunidade de baixa renda e nesses últimos três anos já atendeu mais de 60 mil pessoas. A última atividade este ano aconteceu na Igreja Batista do Calvário (final da Alameda São Boa Ventura), no Fonseca. O prefeito (...) a Secretária de Integração, Cidadania e Promoção Social (...) o secretário regional do Fonseca, (...) a subsecretária de Promoção Social (...) participaram de um café da manhã com a comunidade e os organizadores do programa. A coordenadora do Projeto (...) destaca que o projeto estimula as pessoas a tomarem consciência de sua cidadania. Coordenado pela Secretaria de Integração e Cidadania da Prefeitura de Niterói, o programa Cidade Cidadã reúne várias instituições que levam para os moradores atendimentos preventivos na área da saúde, orientação sobre Direito, Trabalho e Previdência, segunda via de documentos, corte de cabelo, shiatsu e atividades de lazer e cultura. Entre os parceiros estão, a Secretaria estadual de Ação Social, Fundação Leão XIII, INSS, Previdência Social, Ministério do Trabalho, secretarias regionais, Sesc, CSU, Clin, Secretaria municipal de Saúde, entre outras.

Formação do NAF

A Mostra de produtos artesanais de vários Núcleos do NAF estará à disposição do público até o dia 20 de dezembro, no saguão da Cerj, em São Domingos. Na ocasião da abertura, 67 pessoas dessas comunidades receberam certificados pela formatura dos Cursos de Geração de Renda do Projeto Núcleo de Atendimento à Família (NAF). São várias modalidades os cursos oferecidos: bijuteria, corte e cabelo, manicure, crochê, bordado e cestaria. A solenidade foi no auditório da Cerj, numa iniciativa da Secretaria de Integração, Cidadania e Promoção Social (PMN), tendo como destaques as apresentações da Banda da Instituição Sagrada Família e do Coral do Projeto Gugu. O líder do Governo Municipal (...) representando o prefeito (...) destacou a importância dos cursos, lembrando que o mercado fica difícil para aqueles que não têm qualificação. Para (...) Niterói tem que

estar inserida neste novo contrato social que se acena com o governo de Lula. De acordo com a Secretária de Integração, Cidadania e Promoção Social (...) os cursos desenvolvidos hoje nas comunidades beneficiam cerca de 10 mil pessoas. Temos que dar condições para que as pessoas resgatem sua cidadania, ressaltou. Estamos tendo uma lição com a visita de vocês, disse o Diretor de Relações Institucionais da Cerj (...) lembrando que a Cerj tem como meta tornar-se uma empresa Cidadã. Presentes também na solenidade, a subsecretária de Promoção Social (...) a subsecretária de Integração e Cidadania (...) Irmã (...) da Instituição Sagrada Família e (...) coordenadora pedagógica dos cursos.

Famílias carentes recebem alimentos

A Campanha Niterói sem Fome entregou 4,5 toneladas de alimentos não perecíveis para as famílias do Morro do Céu, no Caramujo. Cada família, num total de 251, recebeu uma cesta com quatro quilos de arroz, três quilos de feijão, três quilos de açúcar, um quilo de fubá, um quilo de farinha, um quilo de rosca, uma lata de leite em pó, um quilo de café, uma lata de óleo, um pacote de biscoito, um pacote de macarrão, uma lata de salsicha, uma lata de tomate e um pacote de sal. O prefeito (...) presente ao ato de entrega, destacou que a campanha contra a fome será um dos pontos fortes de seu governo, a exemplo do que será feito em todo País pelo Governo de Lula. Para ele, a entrega das cestas é uma demonstração do esforço do Grupo de Voluntariado, da parceria com a iniciativa privada e a sociedade. É o caminho para o sucesso das políticas sociais, destacou. O vereador (...) líder do Governo, disse que registrava o reconhecimento da Câmara pelo esforço do Grupo de Voluntariado. A fome e a pobreza no País só serão erradicadas com a parceria do Estado com a sociedade civil. A Campanha Niterói sem Fome foi um esforço do Núcleo de Voluntariado de Niterói, com apoio da Secretaria de Integração, Cidadania e Promoção Social. A Campanha contou com apoio das agências do Banco do Brasil, Universidade Salgado de Oliveira, Escola Municipal Paulo de Almeida, entre outras (Jornal da Cidade, 2002, p. 2).

4.2. O campo filantrópico: acumulação de bens e articulação de candidatos aos resgates sociais

As instituições filantrópicas operam sob concentração e redistribuição complementar e hierarquizada de recursos. As que operam no atendimento direto; tendem a constituir conglomerados de sub-instituições e a agregar uma rede

O Social em Questão

de instituições satélites, geralmente vinculadas à sustentação financeira da prática assistencialista e redistributiva. Esta forma de organização traz à tona a participação de instituições sobre as quais os olhares inocentes se tornam cegos. É o caso de um conjunto de bares, padarias, restaurantes, horti-frutis, supermercados e empresas (nacionais e internacionais) industriais ou comerciais que tornam exequível, financeira e materialmente, a prática assistencialista e filantrópica. Por conseguinte, dificilmente se podem compreender as relações sociais que são aí tecidas a partir de uma instituição, porque esta não existe no isolamento.

A prática dos agentes das instituições filantrópicas se funda no contínuo processo de mobilização de recursos e adeptos, que tornem viável a concretização do projeto de intervenção nos reconhecidos problemas ou mal-estares sociais. A dissimulação do projeto pessoal ou de um determinado grupo se torna possível pela vinculação das ações a determinações bíblicas, transformando todos em agentes da vontade divina ou em expressão de uma concepção de humanidade fundada na solidariedade, no altruísmo e na generosidade (Weber, 1977). A acumulação de possibilidades e alternativas para impor vontades e influências constitui fundamento das ações políticas que preconizam e investem na reordenação social mediante mutação de valores; ou da construção de novos ideários orientadores de contratos sociais. Contudo, ela é dissimulada pelas virtudes hedonistas do prazer em abstrato. O comando evangélico do amor a Deus e do amor ao próximo como a si mesmo, contraposto ao hedonismo egoísta, opera na consagração de motivações tidas como superiores, mas adequadas à experiência do amor ao próximo.

A mobilização de adeptos pode ocorrer tendo em vista uma clientela específica ou a reprodução de uma rede selecionada de instituições beneficiárias dos recursos assim arrecadados. Algumas instituições são responsáveis pelos investimentos na reprodução deste padrão hierarquizado de redistribuição de recursos desigualmente apropriados, como demonstra o texto de entrevista com a dirigente da Casa da Amizade.

A Casa da Amizade foi criada pelos Rotarys, há 48 anos. Como nós não tínhamos a nossa sede, ela foi sediada na casa de um rotaryano. Lá a Casa

funcionou durante 38 anos. Depois, através da Prefeitura, nós tivemos este nosso terreno e a sede foi construída pelos rotarianos, com chás e eventos para angariar fundos. Os Rotarys na ocasião eram 3. Nosso trabalho foi feito pelas esposas dos rotarianos de Niterói e pelas voluntárias. Nós temos senhoras da sociedade que vêm trabalhar conosco. Nós somos de utilidade pública, federal, estadual e municipal. Temos estatuto e diretoria, que muda a cada ano, mas pode ser reeleita. Eu mesma fui reeleita. Cada presidente tem sua meta. Nós não temos nada traçado. Cada presidente estabelece sua meta. Eu, por exemplo, não tenho meta. Dentro das nossas possibilidades, atendemos todos aqueles que nos solicitam. Nós não doamos dinheiro, nós doamos material para obras ou alguma benfeitoria para creches, coisas que venham atender às crianças ou aos velhos, quando se trata de asilos. Os pedidos vêm das instituições, tanto de Niterói como de São Gonçalo e até Rio Bonito. Nós atendemos em média a 40 instituições, instituições que estão relacionadas. Creches, orfanatos, hospital Antonio Pedro, que nos solicita lençóis, jalecos, uniformes para os médicos, travesseiros. O pedido mais básico é alimento, lençóis, roupa de cama, material de higiene. As pessoas se preocupam muito com comida e se esquecem que as crianças, às vezes, precisam de ter material de higiene - sabonete, pasta de dente, xampu, desodorante. Então esta parte também nós oferecemos. Geralmente ele não é pedido, mas nós damos porque nós achamos que as coisas devem estar limpas e organizadas (...) A maior parte do nosso atendimento se dirige a crianças, às instituições que ficam com crianças. Especialmente creches, porque as mães deixam as crianças e podem trabalhar. Eu acho que a maior parte das pessoas precisa de trabalho. Nós distribuimos enxoval para as gestantes, mas elas vêm aqui para fazer o enxoval. A maior parte dos maridos está desempregada. No nosso fichário, a maior parte dos maridos é de biscateiros e de desempregados (Presidente da Casa da Amizade em Niterói).

O estudo das instituições deve considerá-las num campo de definição recíproca dos modos de afiliação, concorrência e referência mútuas, complementado ou assegurado pela construção de redes de interdependência. Ele deve então associar duas noções: a de campo e de rede sociais. Como as instituições se produzem e se reproduzem nesta relação recíproca, seus dirigentes devem investir na articulação interdependente com outras congêneres, ou com adeptos que as tornem possíveis. Desse modo, algumas instituições operam na definição da pobreza e dos pobres, outras sustentam tais ações proselitistas e missionárias. Da mesma forma, alguns agentes operam na elaboração de ideologias e visões

de mundo, outros asseguram as ações proselitistas, emprestando recursos materiais objetivadores dos instrumentos operacionais.

As instituições contam com a mobilização de colaboradores anônimos, instados a participar das formas mais diversas: através de feiras, de campanhas, de incorporação de oferta de serviços, geralmente por pessoas adultas inativas ou aposentadas. Cada instituição deve contar com agentes que participem deste trabalho de mobilização de adeptos, de doadores anônimos e assistemáticos, gerindo um produto cuja indiferenciação das fontes originárias seja expressiva da solidariedade desinteressada. Os agentes ocupam assim posições diversas, correspondentes a missionários, colaboradores, doadores anônimos e beneficiários. O caráter interdependente da acumulação e da redistribuição está muito bem explicitado no seguinte trecho de entrevista:

Aceitamos dinheiro, sacolões e verduras que os supermercados dão. O que falta, a gente completa com as doações do pessoal da casa. As pessoas da casa fazem a sopa. A partir de duas horas vêm aquelas senhoras. Cortam as verduras, ficam conversando e trabalhando até a confecção da sopa às 18 horas. Às 18 horas nós nos reunimos, fazemos o refresco e quando os carros chegam nós colocamos as sopas nas latinhas. Nós convocamos as pessoas em todas as sessões a trazerem latinhas e sacolas de plástico, porque acondicionamos uma latinha, um pedaço de pão fresco e refresco, um copo de refresco. Nós convocamos, por meio das pessoas que freqüentam, pra colaborar. Nós temos pessoas que vivem bem, em casa tem seus empregados para fazer as coisas de casa, mas que está faltando alguma coisa dentro de seus corações e que se determinam a vir nos ajudar. Deixam suas casas entregues a uma empregada especializada e vêm para cá lavar panela, passar pano no chão, lavar prato, copo, com a maior alegria. É uma coisa. E nós preparamos uma quentinha de Natal, como se fosse na nossa mesa. Uma ceia mesmo. Então eles ficam esperando a gente com o pernil, peru, farofa, arroz gostoso, refresco, refrigerante. Uma coisa muito bonita (...) A gente precisa um do outro para viver, nós precisamos doar, das pessoas, da caridade, de uma crença, de uma religião. Eu já me habituei a dizer: Graças a Deus nós temos pessoas para receberem esses benefícios, porque se não tivessem necessitados não tínhamos a oportunidade de dar, de pôr em prática esse nosso lado de caridade, de amar nosso próximo, de auxiliar, porque nós precisamos. Amanhã, por exemplo, nós vamos em uma caravana lá em Itaboraí, no Leprosário. Quando a gente chega lá, acontece uma coisa que surpreende. A gente pensa que vai encontrar gente

desesperada, gritando. Nada disso. De repente, aparecem aqueles pacientes falando de uma maneira que impressiona a gente. A gente vê que eles têm alguma coisa em seu coração, têm gratidão, têm alegria, porque nem a parentela material os procura. Eles ficam mesmo relegados ao abandono. Então nós chegamos, nós conversamos, nós oramos com eles, nós fazemos a aplicação de passes magnéticos, levamos sempre uma mensagem de ternura e, na medida do possível, levamos uma bolsa de alimentos com sete gêneros. Uma bolsa que não resolve o problema do mês, mas satisfaz pelo que ela representa. Levamos um quilo de cada mercadoria: feijão, arroz, açúcar, farinha, fubá, macarrão e sal. No final do ano, têm pessoas que nos doam uma grande quantidade de óleo e aí nós damos. Muitas ofertas de doces no fim do ano. Como é uma caravana especial, nós colocamos um pacotinho de algum tipo de doce. Um carinho muito grande das irmãs que organizam isso aí. Elas fazem presentinhos, por sinal muito bonitinhos, arrumados com fitinhas, com uma mensagenzinha, uma caixinha de pasta de dente, um sabonete, um desodorante. Fazemos uma prendazinha, arrumadinho. Deixamos para cada um, uma mensagem e uma prendazinha de fim de ano. Uma lembrancinha. Nós fazemos essa caravana no primeiro domingo do mês. Recebemos muito pedido de roupa, de utensílio. Temos levado até televisão, quando nos doam. Por exemplo: nós visitamos uma família onde uma menina tinha que fazer companhia permanente a outra parálitica em cima de uma cama. Não falava, não se mexia e tinha que ter acompanhante permanente. A mãe, tendo que sair, deixava aquela menina sozinha e, às vezes, ela queria ver televisão na vizinha. Então a gente fez uma campanha para dar uma televisão a ela. Damos ventiladores a pessoas doentes, roupas, enxovaizinhos para as mãezinhas que aparecem em quantidade enorme. Todos os meses estamos oferecendo enxoval. Nós cadastramos para saber quem precisa, qual o período que nós vamos entregar o enxoval, porque infelizmente pobreza vem sempre acompanhada de outras intenções pelas pessoas despreparadas. Às vezes pede duas vezes, faz uma utilização indevida das coisas. Por isso, nós fazemos cadastro. As pessoas que vêm aqui moram em Rio Bonito, Itaboraí, por todas estas cidades. Barreto, Charitas, São Gonçalo. Nós damos, dentro do possível, assistência a eles, mas temos que controlar (Diretor de Centro Espírita).

A possibilidade de mobilização de uma ampla rede hierarquizada de colaboradores depende da capacidade de constituição de um ambiente de valorização mútua, onde cada participante se sinta útil, prestigiado e ator de um projeto de transformação da sociedade. Por isso, a redistribuição se sustenta na

máxima de que "tudo que vem é bem vindo", máxima que, na maior parte das vezes, leva em conta o que o doador pensa ser bom para o beneficiário e nem sempre o inverso. Eis o que explicita a seguinte entrevistada:

Eu estou desde o início, sou fundadora. É muito interessante porque é Deus providenciando, tudo muito espontâneo: as pessoas se oferecem para trabalhar, para ajudar. É uma coisa linda! E até houve casos de pessoas que começaram a ajudar, mas faleceram e Deus providencia outras, que se oferecem pra trabalhar. Eu estou com 65 anos e estou aqui desde 1984. Eu toda a semana estou à disposição do que precisarem, porque, à vezes, temos a lista de chamada dos ajudantes, mas a pessoa encarregada falta, eu substituo (...) Cada um que chega oferece alguma coisa de si. Umas dizem que podem fazer palestras de evangelização das mães ou das crianças. Outras se oferecem para tomar conta das crianças, fazer brincadeiras. Cada um trabalha de acordo com sua aptidão. Um vendem uns cartõezinhos para angariar dinheiro. Outras fazem o chocolate para distribuir com pães. Outras vêm dando biscoito, bolo, pães. É um conagraçamento das pessoas. É muito bonito porque cada vez vão surgindo outras pessoas para oferecerem pra ajudar. Uns ficam encarregados de encher as canecas de café com leite, outros colocam as crianças na fila, outros fazem a chamada, outros a evangelização e por aí vai. A sopa é feita a partir de doações de alimentos e sua preparação se dá às segundas-feiras, à tarde, para ser entregue à noite à população de rua do Centro de Niterói. Cada um que participa da casa vai trazendo mais gente, vizinhos, amigos, pra preparar a sopa (Membro da diretoria de Centro Espírita).

4.3. Filantropia, missionários e adeptos singulares

Os agentes do voluntariado se diferenciam conforme a importância da posição ocupada nas relações internas às instituições e ao campo institucional. As instituições filantrópicas se originam por uma missão auto-atribuída a algum indivíduo, que se transforma assim em seguidor de um patrono institucional. Esse patrono pode ser um santo –casos exemplares de São Francisco de Assis ou de São Vicente de Paula– ou um simples mortal que se pensa escolhido e que, na prática, demonstrou esta situação de exceção. Também pode ter a excepcionalidade atribuída, como é o caso de Betinho, líder da mobilização em torno da minimização dos efeitos da miséria coletiva. Esta decisão está geralmente ligada à vivência de uma experiência dra-

mática, como a morte de familiares, doenças graves, longos períodos de convalescença e de risco de vida.

Os agentes podem também se diferenciar conforme o investimento posto em prática no domínio teórico da doutrina. Este é um conhecimento fundamental ao projeto proselitista de que se revestem tais instituições. Assim, alguns dispõem de um discurso sistematizado –os diretores– e outros de um discurso fragmentário, que acentua sua participação secundária, caracterizada como testemunha que desfila casos bem sucedidos.

Cada instituição reverencia a memória dos benfeitores e se identifica a um patrono, no panteão dos que se dedicaram à causa dos pobres. Para este trabalho de construção da memória e do engrandecimento do exemplo pessoal, os dirigentes institucionais organizam galeria de fotografias, articulando o mundo sagrado e profano por aqueles que se deram exemplarmente a esta mediação; celebram festas e patrocinam visitas mútuas, também instrumentos de expressão da concorrência entre patronos e instituições. O apogeu deste processo de mobilização e da carreira do organizador dos serviços caritativos se celebra com a construção da sede institucional. Ele por vezes demanda longos e assíduos anos de trabalho de mobilização.

Os fundadores criam a sucessão por vinculação familiar, sendo mais comum a transferência de pai para filhos do que entre colegas de afiliação religiosa. Por isso, os presidentes das instituições tendem a ser vitalícios ou se eternizam nos cargos. A expansão do projeto de intervenção social retrata a evolução espiritual do seu presidente, que, por sua vez, prefigura a capacidade de arregimentar seguidores e apoiadores.

Os serviços oferecidos são tão mais sofisticados quanto mais os diretores incorporem a participação de fiéis dotados de saber profissional especializado (médicos, dentistas, advogados, psicólogos, fisioterapeutas).

Esta diferenciação é ainda expressa pelos que dão e pelos que se doam. Alguns transferem anonimamente certos bens, outros se dedicam a transferir demonstrações de afeto e o reconhecimento da mesma humanidade no diferente. Nem todos, contudo, se encontram em condições de praticar tal troca desigual para restabelecer simbolicamente a igualdade. Por isso, nem todos po-



dem participar de atos de doação. Somente os iniciados na doutrina ou que são acompanhados por outros mais preparados podem participar desse ato de auto-valorização.

A construção da carreira do doador depende de investimentos pessoais ou da construção do reconhecimento de que foi escolhido para a missão. Este reconhecimento pressupõe tarefas mais dignas do que a simples transferência de bens que aplaca a culpabilidade e define o dever redistributivo do cristão. A incorporação de esquemas de pensamento mais intelectualizados é fundamental. Esta racionalização legitima a contraposição entre assistência e ação sociais, esta pressupondo a inculcação de novos valores e a mudança do comportamento social, definidas pelos projetos de evangelização, tão diversos quantos são os sistemas de crenças.

4.4. Os beneficiários e a legitimidade da vitimização social

Os dirigentes de cada instituição, pelas razões já levantadas e pela raridade dos recursos a serem redistribuídos, criam seus enobrecidos e seus excluídos. Diante da pressão da demanda, elaboram e sancionam formas de distinção dentre o conjunto de pedintes; desqualificam os que não podem atender, alegando distanciamento em relação ao modelo cultural elaborado. Reconhecem os que se enquadram na suposta melhor utilização dos recursos raros e nas intenções de contribuição por eles valorizadas e clamam pela presença de instituições especializadas na oferta de recursos para aqueles que as extrapolam. Optam pela exclusão de segmentos de demandantes em relação a soluções vislumbradas, aceitando o fato consumado do desatino e da impraticabilidade da vida.

Não é a pobreza em si o fator diferenciador, mas os modos de administrar a carência de recursos, geralmente pela precariedade de condições sociais. Esta então se torna o critério de distinção básico entre eles: uns elaborando formas de dramatizar a impotência e a tragédia que representam a carência ou a ausência de recursos para sobreviver; outros laureando seus esforços para superar a mesma tragédia. Uns enfatizando o social e o inexorável, outros glorificando o comportamento moral e a dignidade do esforço de negar ou minimizar a depen-

dência. Uns reconhecendo como parte do saber culturalmente constituído, a capacidade de sensibilizar representantes de outras camadas da população para complementação do acesso aos bens necessários; e outros glorificando-se deste não-saber, porque correspondente à auto-exclusão de rituais de julgamento ético e de submissão a modos de representação da pobreza enquanto drama moral e social.

Ao final, menos que a referência às precárias condições materiais, todos tomam em causa as condições sociais, a potencialidade (e a impotência) para superação da miséria, isto é, o alcance de um modo de vida em que a estabilidade no acesso aos recursos materiais e sociais assegure a autonomia. Por isso, a escassez ou a ausência de recursos materiais não pode ser o critério fundamental. As posturas que justificam os esforços de superação ou os constrangimentos a tal projeto são decisivas na classificação da elegibilidade. A classificação final, que significa habilitação ou exclusão do acesso aos recursos distribuídos, depende, então, da capacidade de argumentação dos classificadores e dos classificados. A participação neste campo pressupõe a aprendizagem da construção do caso, saber do senso comum que pontua a caricatura das situações emblemáticas da pobreza; e que constrói os pobres mediante significados veiculados nesse campo de negociação em torno da redistribuição de recursos raros.

Os demandantes de caridade devem desenvolver recursos das mais diversas naturezas para enfrentar as situações adversas à sua argumentação e criar mecanismos para se defenderem da concorrência (Neves, 2007). Avaliados quanto às reais necessidades e quanto ao mérito da eleição como beneficiários, eles devem aprender a construir as versões dignificantes de sua carência, de sua trajetória e asseguradoras do acesso aos recursos, nestes termos, por eles também valorizados. Esta auto-defesa pressupõe algum nível de organização. Por exemplo: a decisão de como e onde se instalar e se fixar; a demonstração

¹⁹ Para uma análise do processo de institucionalização do cadastro dos beneficiários da assistência social, ver Castel, 1995. Este tema tem sido objeto de análise mais aprofundada em outros textos por mim elaborados. Ver Neves, 2000 e 2007.

concomitante da diferença e da igualdade; a construção de códigos do saber-viver; a socialização dos modos de se virar, da curiosidade e dos interesses intelectuais sobre o mundo que os engloba e sobre mudanças no comportamento social dos pobres e dos doadores; reconstituição das histórias das instituições, debate sobre a política e os políticos.

Toda esta aprendizagem, que se organiza em torno de reconhecidos praticantes mais socializados no campo da redistribuição caritativa, deve ser camuflada em nome da necessidade de demonstração, para os outros, da ignorância e da incapacidade provisória. Este saber é cuidadosamente constituído pela capacidade de se reconhecer no campo, isto é, através da compreensão das outras posições em jogo. Embora distinga os demandantes dos recursos caritativos, esta diferenciação não pode ser explicitada sob o risco de provocar a exclusão do campo de redistribuição filantrópica.

A divisão interdependente do trabalho institucional propicia o controle relativo da *démarche* do assistido. Os voluntários, recorrentemente, referem-se a dois termos cujos significados são estruturadores de suas práticas sociais: a triagem e o cadastro. A submissão dos beneficiários aos rituais de investigação é fundamental à construção das afinidades eletivas; e a aproximações de visões de mundo e definição social dos pobres e da pobreza. A obtenção do título de cadastrado constitui um recurso de estabilização no acesso aos recursos redistribuídos.¹⁹ Demarca o reconhecimento da condição de eleito; valoriza a elaboração de estratégias para minimizar os sofrimentos advindos da pobreza; permite a construção de projetos, a explicitação pública de elaborações sobre o futuro e a reafirmação de relações de poder intergeracional na família (Neves, 2006). Os demandantes de ajuda se empenham para obtenção desta posição, pressionando com a demonstração da gravidade do caso, constantemente reafirmado para estabilizar o acesso.

A importância deste reconhecimento se expressa de maneira eloqüente no caso da assistência paroquial que subdividia sua clientela em "cadastradas" e "abelhas". Estas últimas correspondiam à posição das mulheres que aguardavam as sobras, as reordenações por desistências ou exclusões diante de comportamentos inadequados. Por isso, em todas as instituições de redistribuição,

nos momentos destinados a tais atos, há um número relativo de mulheres que aguardam as sobras e, desta condição, aceitam o que for transferido. Por esta aceitação e insistência, comprovam o requerido estado de carência e o desejo de minorar o sofrimento daí decorrente. Além disso, constituem um grupo de pressão e colaboram na produção de regras de justiça para esta redistribuição, denunciando ou desqualificando certas cadastradas, sob a alegação de que exageram na apresentação das condições de carência. Estão sempre a fazer comparações e a levantar suspeitas sobre a esperteza e a ganância das demais, especialmente se beneficiadas por mais de uma instituição. Por isso, neste caso, as desconfianças mútuas, a solidariedade sob reserva e o comparecimento disciplinado devem ser administrados pelas "cadastradas" para não serem preteridas diante das "abelhas".

Para se compreender a importância fundamental dessas concorrentes na moralização dos comportamentos dos próprios pedintes, a colaboração que me foi oferecida por uma das entrevistadas é repassada aos leitores:

Abelhas são as pedintes que não são cadastradas, que pegam o que sobra. A gente dá qualquer coisa de mantimento. São muito revoltadas, criam tumulto e falam palavrório. Acusam a gente de apanhar produtos pra nós. A gente entrega para Deus. Dizem que o pão está estragado, fazem ameaças por telefone. Brigam muito entre elas (Agente de um grupo de assistência paroquial).

Adotando um comportamento que vai ao encontro do projeto normatizador dos doadores, as "cadastradas" explicitam os modos de relacionamento entre os sócio-economicamente desiguais e as classes sociais ou suas afinidades eletivas. Consideram, desqualificando as "abelhas", que fazer escândalo diante do inaceitável seja algo insuportável pelas regras de etiqueta dos doadores. Portanto, as cadastradas são aquelas que sabem demonstrar, mesmo que apenas na situação, a correspondência quanto ao comportamento esperado. São exemplares na demonstração da eficácia situacional do proselitismo, sendo instrumentais para o efeito demonstração. São então oficial e publicamente valoriza-

²⁰ As formas de participação dos beneficiários na administração concorrencial e acumulativa de bens foram também analisadas por Silva e Milito, 1995.

das pela potencialidade individual de vencer dificuldades, preconizada para comprovar que os constrangimentos que agravaram a situação de pobreza podem ser contornados ou superados pela disciplina e adoção de outro estilo de vida.

Organizando-se para ultrapassar as restrições inerentes à concorrência por bens raros, os membros de cada família demandante de ajuda estabelecem formas internas de divisão social do trabalho. Concorrem individualmente para o acesso concomitante a múltiplas fontes de redistribuição. Os pedintes solitários organizam-se socialmente e administram o tempo, de modo a diariamente percorrer o maior número possível de instituições, mas apenas aquelas que redistribuem refeições e lanches.

Esta forma de controle do acesso máximo aos bens redistribuídos é condenada pelos próprios pedintes e pelos doadores, porque pressupõe a concentração entre poucos beneficiários ou a acumulação excessiva às necessidades que qualificam o mérito. Constitui então uma estratégia silenciosa e dissimulada que nega o princípio da redistribuição massiva e da elegibilidade dos mais carentes.

4.5. Tutela filantrópica e vitimização social: reafirmação de benfeitores e beneficiários

O olhar atento aos espaços onde demandantes e beneficiários estão sistemática ou esporadicamente concentrados, consubstancia a criação de estratégias para inclusão ou aumento de participação neste campo-rede institucional. Este olhar atento expressa a sagacidade e o saber acumulado pelos pedintes no convívio neste campo.²⁰ Contudo, definido pelo acaso, pela curiosidade e pela iniciativa própria, este olhar dissimula a solidariedade entre os pedintes associados por parentesco e vizinhança ou camaradagem e as estratégias de concentração de acessos a recursos básicos. Acumular bens redistribuídos é alcançar estabilidade na provisão dos bens, recurso fundamental à elaboração de outros projetos e tentativa de administração do futuro. Portanto, longe de atestar a dramática situação de pobreza, a concorrência revela o esforço de algumas famílias para ultrapassar tal patamar. Contudo, este recurso só pode ser utilizado se o discurso reafirmar a demonstração da carência plena, isto é, da vitimização (Neves, 2007).

Como destacam os entrevistados, a adesão de voluntários na construção de

um mundo reordenado por valores simbólicos cuja referência é a generosidade, diz respeito, antes de tudo, a si mesmos. Os pobres, os carentes, os mendigos, a população de rua, etc. são referências instrumentais ao reconhecimento do exercício de virtudes cristãs, que definem modos de viver e de se socializar em estados especiais, qualificados como de felicidade, de alegria e de estética. Ao suposto prazer do vício e descontrolo dos sentimentos que a natureza inspira aos homens, nestes termos todos iguados, os voluntários se diferenciam, graças ao exercício da probidade, dever que se auto-arrogam. Diferenciando-se pelo deslocamento simbólico para um mundo definido pela expressão de alegrias e felicidades, os voluntários conclamam, então, a universalização de tais virtudes. Pensam-se lutando pela eliminação ou minimização da diferença entre os que controlam e os que não controlam sua natureza egoísta.

Colocam em contraposição moral o vício, que degrada, e a virtude, que sacraliza. Diferenciando-se para negar as diferenças, os voluntários, ao aderirem ao projeto de gestão reformista do social, exercem a generosidade para reafirmar a superioridade dos bem dotados em termos materiais. Nesta desigualdade, são dignificados pela capacidade de se integrar a redes de oferendas e donativos, meios de restituição do bem recebido e da diferença alcançada. Portanto, a filantropia caritativa não pode ser pensada como simples resposta da mobilização à dádiva, à esmola, à transferência do bem material. Ela é um convite à frugalidade, em contraposição à avareza e à ambição; ela é um modo de redefinição do ser social referenciado a valores universais que articulam, mesmo que pontualmente, benfeitores e beneficiários. Ela ultrapassa o oferecer, para incluir o engajamento. Assim concebida, ela deve ser analisada como categoria fundamental ao exercício de proselitismo sob envergadura política. O atual engajamento ao exercício filantrópico, ao socorrer as vítimas da exclusão social, consagra uma forma ideal de ligação social, tematizando fundamentalmente a generosidade como princípio de ação e gestão sociais.

Recebido em maio de 2007, aceito para publicação em dezembro de 2007

Referências bibliográficas

- AMATO, Joseph Anthony. *Victims and values: a history and a theory of suffering*. New York : Greenwood Press, 1990.
- BARRET-DUCROCQ, Françoise. *Pauvreté, charité et morale à Londres au XIX^e siècle. Une sainte violence*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.
- BECK, U. *World risk society*. Cambridge (UK): Polity Press, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *Questions de sociologie*. Paris: Éditions de Minuit, 1980.
- _____. "A demissão do Estado". In: BOURDIEU, P. (org) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. p. 215-224.
- BRÉBANT, Brigitte. *La pauvreté, un destin?* Paris: L'Harmattan, 1984.
- CARNEIRO, Sonia. "Um congresso de 'neo-evangélicos'". *Jornal do Brasil, O País, Política*, domingo, 13 de outubro de 2002, p. A8.
- CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995.
- CHATEAUREYNAUD, F. et TORNAY, D. *Les sombres précurseurs. Une sociologie pragmatique de l'alerte et du risque*. Paris: Ehes, 1999.
- DUMONT, Louis. *Essais sur l'individualisme. Une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne*. Paris: Seuil, 1983.
- DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus. Essai sur le système des castes*. Paris: Gallimard, 1967.
- ERNER, Guillaume. *La société des victimes*. Paris: La Découverte, 2006.
- FERRAND-BECHMANN, Dan. *Le métier de bénévole*. Paris: Anthrope, 2000.
- FROTA, Eleonora Caldas, FERREIRA, Sonia Cristina. "A prática profissional na organização de um serviço à comunidade: o grupo de alcoólicos anônimos em Ititioca". Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói: mimeografado, 1989.

GIDDENS, A. *Les conséquences de la modernité*. Paris: L'Harmattan, 1994.

GIDDENS, A. *Lecture on risk*. http://news.bbc.co.uk/hi/english/static/events/reith_99
1999.

GOHN, Maria da Glória - *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

GOMES, Suely. "O Serviço Social de comunidade e o problema da mendicância em Niterói". Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói: mimeografado., 1962.

GONÇALVES, Léa de Oliveira. "Campo de marginado: relato de um estudo". Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói: mimeografado, 1971.

GREGÓRIO, Barbara e Silva. "Albergue de emergência São Benedito". Relatório técnico referente à conclusão da bolsa de iniciação científica concedida pelo CNPq, mimeografado., 1997.

GUESLIN, André. *Gens pauvres, pauvres gens dans la France du XIX^e siècle*. Paris: Aubier, 1998.

GUIMARÃES, Valéria Benévolo. "A intervenção do serviço social, no Centro de Triagem de Migrantes João XXIII, segundo o modelo solução do problema". Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1982.

CHAUMONT, Jean-Michel. *La concurrence des victimes*. Paris: La Découverte, 1997.

JESUS, Rosemary Bárbara de Oliveira. "O atendimento de plantão no Centro de Triagem de Migrantes João XXIII. Uma análise reflexiva". Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói: mimeografado, 1982.

Jornal A Cidade, 20/10/2002, p. 3.

_____, 12/12/2002, p. 2.

Jornal do Brasil, 17/01/1999, p. 7.

____ 13/10/1992, p. A8.

LANDIM, Leilah. "Apresentação". "Pobreza e trabalho voluntário. Estudos sobre a ação social católica no Rio de Janeiro". Projeto Filantropia e Cidadania. **Textos de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa do ISER, 1995. p.5-6.

LEMOS, Aline Jacinto, BARBOSA, Ana Elsa da Silva; SILVA, Janete Marques. "O serviço social de grupo utilizando o lazer no tratamento do alcoólico". Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1976.

LIMA, Inês Bernadete e ALVES, Jane Martins Duarte. "A técnica a serviço da humanização". Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói: mimeografado, 1969.

LYET, Philippe. *L'organisation du bénévolat caritatif*. Paris: L'Harmattan, 1997.

MOLLAT, Michel. *Les pauvres au Moyen Age*. Etude sociale. Paris: Hachette, 1978.

NEVES, Delma Pessanha. "Mendigo: o trabalhador que não deu certo". Revista *Ciência Hoje*, Nº 4. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, RJ, 1983. p. 15-27.

____ "Nesse terreiro, galo não canta. Estudo do caráter matrifocal de unidades familiares de 'baixa renda'". *Anuário Antropológico* nº83. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1985. p. 199-221.

____ "La misère en spectacle". *Cahiers du Brésil Contemporain* Nº 25/26. Paris: Maison des Sciences de l'Homme. Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain, 1994, p. 61-80.

____ "A miséria em espetáculo". *Serviço Social e Sociedade* Nº 47, Ano XVI, abril de 1995a. p. 79-88.

____ "A trajetória da população de rua e suas estratégias de sobrevivência" In: ROSA, Cleisa M.M. (org.) *População de rua Brasil e Canadá*. São Paulo: Ed Hucitec, 1995b. p. 34-38, 61-70.

____ "A transmissão de patrimônios: potencialidades metodológicas da situação ex-

trema". Trabalho apresentado no GT Padrões de Herança, organização social e questão ambiental no meio rural brasileiro. XXI Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Vitória, 5 a 9 de abril de 1998.

____ "Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos". *Cadernos CRH* vol. 30-31. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999. p. 111-134.

____ "Matricentralidade, indigência e enraizamento familiar". *Cadernos CERU (FFLCH/USP)*, 2002. p. 211 - 230.

____ "*La pauvreté comme legs. Le travail des enfants dans l'État de Rio de Janeiro*". *Études Rurales Exclusions*, v.159, 2002a, p. 55-72.

____ "A pobreza como legado. O trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira", *Revista de História Regional*, v. 6, 2003, p. 149-173.

____ "Voluntariado filantrópico: humanismo salvador e gestão social", *Revista de Ciências Sociais (UFC)*, v. 34, 2003a., p. 31-48.

____ "O legado da pobreza e a inserção geracional", *Revista Ilha, Revista de Antropologia*, v. 5.1, 2003b., p. 65-89.

____ "*Les habitants de rue à Rio de Janeiro (Brésil): la gestion des intolérances*", *Espace Et Société*, v. 116, 2004, p. 71-92.

____ "As idosas provedoras e o enraizamento familiar". In: *Etnografias da participação*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006, p. 359-379.

____ "Pobreza e humanismo salvador: mediações subjacentes". *Dados*, v. 50, Rio de Janeiro, 2007, p. 117-158.

NEVES, Delma Pessanha et alii. "A gestão da precária inserção geracional". *Cadernos do ICHF*, 2002, p. 7-18.

NOVAES, Regina C. Reyes. "Introdução. Pobreza e Trabalho Voluntário. Estudos sobre a ação social católica no Rio de Janeiro". Projeto Filantropia e Cidadania. *Textos de Pesquisa*. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa do ISER, 1995, p. 7-15.

PAUGAM, Serge (dir.). *L'exclusion, l'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1996.

PERETTI-WATEL, Patrick. *La société du risque*. Paris: La Découverte, 2001.

PIRES, Anália Perroni. "A participação do Serviço Social no Plano de Ação Paroquial". Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói: mimeografado, 1958.

QUEIROZ, Adélia Samago de; CUNHA, Maria Thereza Tame da; CHEIBUB, Zaide Macedo. "Paróquia Comunidade Autêntica". Niterói: mimeografado, 1967.

REIS, Carmem Regina Moreira; ARANTES, Claudete Silveira, e PAULA, Regina Coeli da Costa. "Diagnóstico situacional do interno do Centro de Recuperação de Itaipu". Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1976.

RIBEIRO, Eline Costa. "A atuação do Serviço Social na Comunidade Paroquial de Santo Cristo dos Milagres". Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1969.

SALLES, Dom Eugenio. "O sentido do Natal", *Jornal do Brasil*, Opinião, 16/12/2006 p. A.9.

SALMON, Jean-Marc. *Le désir de société. Des restaurants du cœur au mouvement des chômeurs*. Paris: La Découverte, 1998.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho*. Um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Editora Autores Associados, 1996.

SASSIER, Philippe. *Du bon usage des pauvres. Histoire d'une thème politique XVI-XX siècle*. Paris: Fayard, 1990.

SILVA, Hélio R.S. e MILITO, Cláudia. *Vozes do meio fio*. Etnografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SOARES DE ALENCAR, Alair. "Barreiras ao desenvolvimento social identificadas numa experiência de favela". Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1970.

STOFFELS, Marie-Gislaine. *Os mendigos na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TESTER, Keith. *Compassion, morality and the media*. Philadelphia: Open University, 2001.

VIÉGAS, Leticia Rodrigues. "Análise da ação de um grupo voluntário católico junto aos mendigos". Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da UFF. Niterói: mimeografado, 1984.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa et alii. **População de rua: quem é, como vive, como é vista.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1992.

WEBER, Max. "*Sociología de la comunidad religiosa*", *Economia y sociedad: esbozo de sociología comprensiva.* México: Fondo de Cultura Económica, 1977. p. 328-492.

_____. *Le savant et le politique.* Paris: Plon, 1990.